

# **Relatório e Contas de 2016**

**Relatório de Gestão**

**Balanço**

**Demonstração dos Resultados por Natureza**

**Demonstração dos Fluxos de Caixa**

**Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural**

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais**

**Anexo às Demonstrações Financeiras**

**Certificação Legal das Contas**

**Relatório e Parecer do Fiscal Único**

# **Relatório de Gestão 1**

*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

## **RELATÓRIO DE GESTÃO DE 2016**

### **I. Enquadramento geral da actividade de cobrança desenvolvida em 2016**

O ano de 2016 ficou marcado pela efectiva aplicação da nova Lei da Cópia Privada, tendo a AGE COP recuperado as suas receitas para níveis mais próximos dos seus objectivos.

Depois de todo o trabalho de preparação, estudo e desenvolvimento de sistemas e de ferramentas que permitiram facilitar as declarações e otimizar as cobranças, torna-se indispensável continuar a melhorar toda a organização, reforçar as capacidades de resposta aos novos desafios e apostar na gestão activa das relações com os declarantes.

Apesar do grande acréscimo verificado nos valores declarados pelos importadores e fabricantes, a quem incumbe a obrigação da cobrança das compensações equitativas previstas na Lei e respectiva entrega à AGE COP, as questões relacionadas com a falta de conhecimento da Lei e a fraude continuam a ser uma preocupação real, pelo que se impõe a promoção de acções de sensibilização para o cumprimento da Lei junto dos agentes económicos e a implementação de procedimentos de fiscalização de forma permanente e efectiva.

A AGE COP encarou 2016 como um ano de consolidação da implantação da Lei e garantiu a optimização dos seus resultados que permitiram a recuperação de anos de perdas, ainda assim irreparáveis, provocadas pelos atrasos sucessivos na publicação da Lei.

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including "Hil", "eag", and "P. Lopes".

Analisando as cobranças das compensações equitativas previstas na Lei nº 62/98, de 1 de Setembro, actualizada pela Lei nº 49/2015, de 5 Junho, efectuadas ao longo do ano de 2016, são de destacar os seguintes dados:

- 11.817.816,72 euros de compensações equitativas declaradas pelas entidades competentes e posteriormente debitadas pela AGE COP – mais 259,54% do que o valor alcançado em 2015 (3.286.884,79 euros), resultado da aplicação da nova Lei da Cópia Privada, que entrou em vigor em 5 de Julho de 2015. O Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual foi responsável por 83,36% do total de compensações equitativas (9.851.431,82 euros), cabendo ao Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica os restantes 16,64% (1.966.384,90 euros).
- No que concerne aos recebimentos efectivos, independentemente do trimestre a que respeitam, registaram, em 2016, o valor total de 11.794.583,61 euros – mais 254,89% do que em 2015 (3.323.438,27 euros). O Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual foi responsável por 83,39% do total recebido (9.835.540,50 euros) e o Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica por 16,61% (1.959.043,11 euros).

Os valores cobrados no ano de 2016 encontram-se melhor detalhados, por mês, no **anexo 1**.

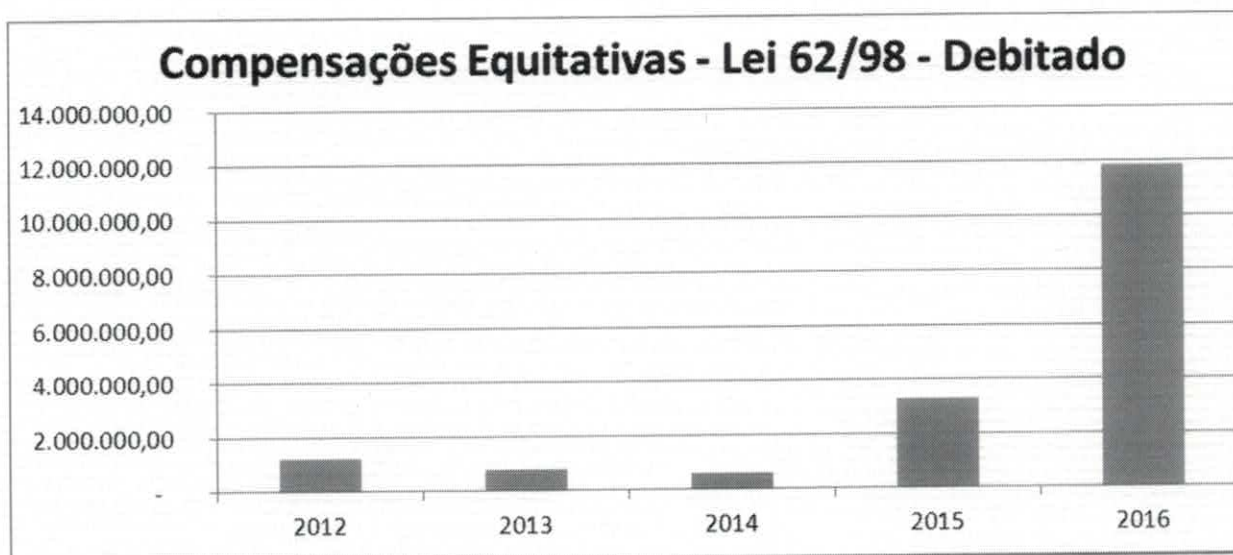


# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Apresentamos de seguida a evolução dos valores debitados pela AGE COP, no âmbito das compensações equitativas pela cópia privada, previstas na Lei nº 62/98, nos últimos 5 anos (valores em euros).

AGECOP					
Compensações equitativas Lei 62/98 - valores debitados 2012-2016					
	2012	2013	2014	2015	2016
DCSA 1)	1.208.065,18	784.612,88	592.810,66	2.677.782,95	9.851.431,82
DCGR 2)	27.332,71	10.942,96	6.829,95	609.101,84	1.966.384,90
<b>Total</b>	<b>1.235.397,89</b>	<b>795.555,84</b>	<b>599.640,61</b>	<b>3.286.884,79</b>	<b>11.817.816,72</b>
1) Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual					
2) Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica					



*Handwritten signatures and initials:*  
Alc  
Lroy  
Hil  
P. Lopes

Passemos agora a uma análise mais pormenorizada das cobranças verificadas em 2016, para cada um dos Departamentos.

O Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual registou a seguinte evolução:

DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL							
Compensações equitativas - Lei 62/98, de 1 de Setembro, alterada pela Lei 49/2015, de 5 de Junho							
Períodos de referência	Valores debitados			Valores recebidos			Ratio de cobrança
	2015	2016	Total	2015	2016	Total	%
<b>Compensações equitativas nº 4, art.º 3º</b>							
Períodos anteriores	378,68	26.031,20	26.409,88	49.488,91	26.031,20	75.520,11	
4º trimestre de 2014	117.433,82	9.197,17	126.630,99	116.832,65	9.197,17	126.029,82	99,53%
1º trimestre de 2015	102.373,06	12.187,14	114.560,20	101.778,06	12.189,14	113.967,20	99,48%
2º trimestre de 2015	98.364,23	8.871,86	107.236,09	97.436,91	8.871,86	106.308,77	99,14%
3º trimestre de 2015	2.359.233,16	127.214,15	2.486.447,31	2.349.042,79	136.700,61	2.485.743,40	99,97%
4º trimestre de 2015		2.936.886,33	2.936.886,33		2.934.255,46	2.934.255,46	99,91%
1º trimestre de 2016		1.996.484,91	1.996.484,91		1.995.509,91	1.995.509,91	99,95%
2º trimestre de 2016		2.058.610,99	2.058.610,99		2.057.134,72	2.057.134,72	99,93%
3º trimestre de 2016		2.675.948,07	2.675.948,07		2.655.650,43	2.655.650,43	99,24%
<b>Total</b>	<b>2.677.782,95</b>	<b>9.851.431,82</b>	<b>12.529.214,77</b>	<b>2.714.579,32</b>	<b>9.835.540,50</b>	<b>12.550.119,82</b>	<b>99,64%</b>
<b>Variação anual</b>			<b>7.173.648,87</b> <b>267,90%</b>			<b>7.120.961,18</b> <b>262,32%</b>	

Naquele que foi o 1º ano em que os 4 trimestres foram abrangidos pela nova Lei da Cópia Privada, o Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual apresentou, como seria expectável, um acréscimo significativo nos valores declarados pelos importadores e fabricantes e posteriormente debitados pela AGE COP. Assim, em 2016 o Departamento registou um total de débitos de compensações equitativas de 9.851.431,82 euros, mais 267,90% do que em 2015, que se ficou pelos 2.677.782,95 euros (valor que apenas reflecte um trimestre ao abrigo da nova Lei – cobranças relativas ao 3º trimestre de 2015). Quanto aos valores recebidos, os mesmos ascenderam a 9.835.540,50 euros, verificando-se um acréscimo de 262,32% face a 2015 (com 2.714.579,32 euros).

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

*Handwritten signatures and initials:*  
 Pêlo  
 Ray  
 Hil  
 Pêlo  
 Pêlo

Como já foi referido, a base para o aumento verificado nas cobranças do Departamento assenta na actualização da Lei da Cópia Privada, verificada a partir de 5 de Julho de 2015, com a inclusão de novos suportes, equipamentos e dispositivos, sujeitos à compensação equitativa estabelecida na Lei, como memórias USB, cartões de memória, memórias e discos rígidos integrados em leitores de MP3 e MP4, telefones móveis, *tablets*, boxes digitais, discos (internos e externos, que incluem os designados discos multimédia), *blu-ray*, entre outros, com capacidades muito superiores às dos CD e DVD.

Quanto ao ratio de cobrança face aos valores declarados, o mesmo situa-se, em média, nos 99,64 %.

Em 2016, lamentavelmente, confirmaram-se as expectativas já existentes de incobrabilidade de valores classificados como sendo de cobrança duvidosa, apesar dos esforços desenvolvidos para a recuperação dos créditos.

Deste modo, em virtude de situações de insolvência, cessação de actividade e/ou falta de património para a liquidação das dívidas, foi considerado incobrável o valor global de 476.095,68 euros. Destes, 463.529,04 euros (97,36%) referem-se a valores vencidos no período compreendido entre 2006 e 2010, conforme o quadro abaixo. A 31 de Dezembro de 2016, permanece, entretanto, registado, na rubrica de cobrança duvidosa, o valor de 4.548,03 euros.

DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL - Valores considerados incobráveis em 2016											
Ano do débito/ vencimento	2016	2015	2014	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	Total
Valor incobrável	3.310,26	2.821,60	1.050,98	76,30	5.307,50	31.273,21	108.968,42	44.181,00	1.204,41	277.902,00	476.095,68
						2006-2010	463.529,04	97,36%			
						2011-2016	12.566,64	2,64%			
						Total	476.095,68	100,00%			



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

*Alh*  
*Ray*  
*hil*  
*photon*

Quanto ao **Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica**, apresentou a seguinte evolução:

DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA							
Compensações equitativas - Lei 62/98, de 1 de Setembro, alterada pela Lei 49/2015, de 5 de Junho							
							Euros
Períodos de referência	Valores debitados			Valores recebidos			Ratio de cobrança %
	2015	2016	Total	2015	2016	Total	
<b>Compensações equitativas nº 2, art.º 3º</b>							
Períodos anteriores	-920,18		-920,18	-1.440,87	-114,28	-1.555,15	
Ano 2014	212,37	3,43	215,80	856,17	-21,27	834,90	
Ano 2015	7.095,24	-54,30	7.040,94	6.842,81	201,31	7.044,12	100%
Ano 2016		6.527,81	6.527,81		6.315,08	6.315,08	97%
<b>Total A</b>	<b>6.387,43</b>	<b>6.476,94</b>	<b>12.864,37</b>	<b>6.258,11</b>	<b>6.380,84</b>	<b>12.638,95</b>	
<b>Variação anual</b>			<b>1,40%</b>			<b>1,96%</b>	
<b>Compensações equitativas nº 4, art.º 3º</b>							
3º trim. de 2015	602.714,41	6.675,30	609.389,71	602.600,84	6.788,87	609.389,71	100%
4º trim. de 2015		559.059,63	559.059,63		558.991,41	558.991,41	100%
1º trim. de 2016		451.725,34	451.725,34		452.283,69	452.283,69	100%
2º trim. de 2016		423.751,50	423.751,50		423.589,87	423.589,87	100%
3º trim. de 2016		518.696,19	518.696,19		511.008,43	511.008,43	99%
<b>Total B</b>	<b>602.714,41</b>	<b>1.959.907,96</b>	<b>2.562.622,37</b>	<b>602.600,84</b>	<b>1.952.662,27</b>	<b>2.555.263,11</b>	
<b>Variação anual</b>			<b>225,18%</b>			<b>224,04%</b>	
<b>Total Departamento (A+B)</b>	<b>609.101,84</b>	<b>1.966.384,90</b>	<b>2.575.486,74</b>	<b>608.858,95</b>	<b>1.959.043,11</b>	<b>2.567.902,06</b>	<b>99,34%</b>
<b>Variação anual</b>			<b>1.357.283,06</b>			<b>1.350.184,16</b>	
			<b>222,83%</b>			<b>221,76%</b>	

Em 2016 foram registados os valores de cobrança mais elevados de sempre, na história do Departamento, resultado directo da aplicação da nova Lei da Cópia Privada, com a consequente inclusão das compensações equitativas cobradas nas vendas de equipamentos, dispositivos e suportes previstos na tabela anexa à Lei, como equipamentos multifunções, fotocopiadoras, impressoras e *scanners* e ainda uma percentagem das compensações cobradas nas vendas de memórias USB, cartões de memória e memórias ou discos rígidos integrados em computadores.

Não estando apenas dependente das compensações equitativas previstas no nº 2, do artigo 3º da Lei (incluídas no preço de venda ao público de fotocópias de obras, electrocópias e demais suportes), o Departamento apresentou, em 2016, um valor total de compensações declaradas pelas entidades competentes, e posteriormente debitadas pela AGE COP, de 1.966.384,90 euros, verificando-se um acréscimo de 222,83%, face aos 609.101,84 euros registados em 2015.

Assim, os valores debitados referentes às compensações equitativas cobradas nas vendas de fotocópias de obras, electrocópias e demais suportes totalizaram 6.476,94 euros, mais 1,40% do que em 2015. Já os montantes cobrados de acordo com a tabela anexa à Lei, ascenderam a 1.959.907,96 euros, mais 225,18% do que em 2015 (que, como já foi referido apenas registou as cobranças relativas às vendas do 3º trimestre).

No que respeita aos recebimentos, os mesmos totalizaram 1.959.043,11 euros, verificando-se um acréscimo de 221,76% relativamente a 2015 (com 608.858,95 euros). O montante recebido relativo às cobranças previstas na tabela anexa à Lei (1.952.662,27 euros) representa 99,67% do total recebido.

No que respeita ao ratio de cobrança relativo aos valores debitados, o mesmo situa-se nos 99,34%.

Quanto aos créditos de cobrança duvidosa apurados no Departamento, apesar dos esforços de cobrança desenvolvidos, em 2016 foi considerado incobrável o valor global de 3.795,97 euros, atendendo a situações de insolvência, cessação de actividade e/ou insuficiência de património para a liquidação das dívidas. É de referir que 95,54% do valor considerado incobrável (3.626,68 euros) é relativo ao período compreendido entre 2006 e 2009, conforme quadro abaixo. A 31 de Dezembro de 2016 permanece registado como cobrança duvidosa o montante de 1.183,65 euros.

DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA- Valores considerados incobráveis em 2016								
Ano do débito/ vencimento	2016	2014	2013	2009	2008	2007	2006	Total
Valor incobrável	68,22	16,65	84,42	1.445,91	554,59	1.071,59	554,59	3.795,97
				2006-2010	3.626,68	95,54%		
				2011-2016	169,29	4,46%		
				Total	3.795,97	100,00%		



## II. Distribuição das compensações equitativas

No que respeita ao **Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual**, de acordo com o estabelecido no nº 2, do artigo 7.º da Lei nº 62/98, de 1 de Setembro, alterada pela Lei nº 49/2015, de 5 de Junho, a AGE COP procedeu à distribuição dos montantes recebidos por este Departamento. Em Junho e Dezembro foram realizadas as distribuições das quantias cobradas de 1 de Dezembro de 2015 a 31 de Maio de 2016 e de 1 de Junho de 2016 a 30 de Novembro de 2016, respectivamente, e dos juros das aplicações financeiras efectuadas, conforme os mapas de distribuição aprovados pela Direcção.

Foi distribuída pelos Associados do Departamento a quantia total de 7.780.871,12 euros, de acordo com as proporções estabelecidas na Lei e na norma transitória, aprovada em Assembleia Geral, e também com o estabelecido entre os produtores, conforme o quadro abaixo (em euros):

AGECOP- DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL		
MONTANTES DAS COMPENSAÇÕES EQUITATIVAS DISTRIBUÍDOS AOS ASSOCIADOS EM 2016		
		Compensações e juros distribuídos
%	Associados/Total	7.780.871,12
40,00%	SPA	3.112.348,44
30,00%	GDA	2.334.261,34
15,86%	GEDIBE	1.234.393,33
14,14%	AUDIOGEST	1.099.868,01

A 31 de Dezembro, o montante disponível para distribuição, para o **Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual** era de 72.370,88 euros, referente aos montantes recebidos no mês de Dezembro de 2016.

*[Handwritten signatures and initials]*

No que concerne ao **Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica**, em 2016, não foi efectuada qualquer distribuição das compensações equitativas cobradas, tendo os Associados do Departamento decidido que a mesma deverá realizar-se em período posterior, depois de estarem reunidas as condições necessárias para o efeito. Mais concretamente, depois dos Associados do Departamento chegarem a acordo quanto às percentagens de distribuição a aplicar, tendo, em consideração a Lei, os estatutos e regulamentos da AGE COP, bem como os resultados dos estudos previstos na alínea b) do nº 3 do artigo 6º da Lei nº 62/98 (na redacção resultante da Lei nº 49/2015), nomeadamente o estudo da Marktest, entretanto realizado.

Em 31 de Dezembro de 2016 estaria disponível para distribuição aos Associados deste Departamento, o montante de 2.154.447,88 euros.

### III. Fundo Cultural

No exercício de 2016, a AGE COP afectou 20% do valor total das compensações equitativas recebidas ao Fundo Cultural, destinado a *"acções de incentivo à actividade cultural e à investigação e divulgação dos direitos de autor e direitos conexos"*, cumprindo, assim, com o estabelecido no nº 1 do artigo 7º da Lei nº 62/98, de 1 de Setembro, alterada pela Lei nº 49/2015, de 5 de Junho.

Os valores afectos ao Fundo Cultural, no exercício de 2016, foram os seguintes (em euros):



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

*Handwritten signatures and initials:*  
 All  
 eay  
 Ad  
 P. Lopes

Valores afectos ao Fundo Cultural, no exercício de 2016		
	<b>Total Recebido</b>	<b>Valor afecto ao Fundo Cultural (20%)</b>
<b>DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL</b>		
Lei 50/2004	56.937,52	11.387,50
Lei 49/2015 (desde 5 de Julho de 2015)	9.778.602,98	1.955.720,61
<b>Total</b>	<b>9.835.540,50</b>	<b>1.967.108,11</b>
<b>DEPARTAMENTO DE CÓPIA GRÁFICA E REPROGRÁFICA</b>		
Tarifa anual - nº 2 do art.º 3º da Lei 62/98	6.380,84	1.276,16
Lei 49/2015 - tabela anexa (desde 5 de Julho de 2015)	1.952.662,27	390.532,43
<b>Total</b>	<b>1.959.043,11</b>	<b>391.808,59</b>
<b>TOTAIS</b>	<b>11.794.583,61</b>	<b>2.358.916,70</b>

Em 2016 foi efectuada a distribuição, aos Associados do **Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual**, das quantias afectas ao Fundo Cultural, cobradas de 1 de Dezembro de 2015 a 30 de Novembro 2016, e dos juros das aplicações financeiras realizadas.

Foi distribuída aos Associados deste Departamento a quantia total de 1.282.476,55 euros, conforme quadro abaixo (em euros):

AGECOP- DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL	
FUNDO CULTURAL - MONTANTES DISTRIBUÍDOS AOS ASSOCIADOS EM 2016	
	Montantes distribuídos Fundo Cultural
<b>Associados/Total</b>	<b>1.282.476,56</b>
SPA	512.990,62
GDA	384.742,97
GEDIPE	203.801,00
AUDIOGEST	180.941,97

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

A utilização do Fundo Cultural pelos Associados do Departamento, em 2016, foi a seguinte (valores em euros):

Detalhe da utilização de Fundo Cultural, no exercício de 2016					
DEPARTAMENTO DE CÓPIA SONORA E AUDIOVISUAL					
PROJECTO	Associados responsáveis pela apresentação de projectos				TOTAL
	SPA	GDA	GEDIFE	AUDIOGEST	
CD composto - obras de compositores portugueses	4.697,80				4.697,80
3 CDs	29.520,00				29.520,00
Gravação e edição de 13 CDs	89.401,30				89.401,30
Realização de evento comemorativo dos 50 anos de um programa radiofónico	6.150,00				6.150,00
Realização de um concerto	5.166,00				5.166,00
Realização de 2 documentários	17.300,00				17.300,00
Contribuição quadro "A Adoração dos Magos"/Museu de Arte Antiga	10.000,00				10.000,00
Gravação e produção de 4 CDs	45.175,00				45.175,00
Edição de um livro	3.129,12				3.129,12
Realização do projecto "Asa de Corvo"	2.500,00				2.500,00
Apoio à "Gala SPA 2016"	88.965,21				88.965,21
Gravação e edição de 1 CD/Livro	5.412,00				5.412,00
Produção e realização de 1 obra cinematográfica	15.375,00				15.375,00
Gravação, produção e edição de 1 CD	7.380,00				7.380,00
Apoio a curtas metragens		700,00			700,00
Edição fonográfica de intérprete - 1ª fase		23.840,00			23.840,00
Circulação de espetáculos - 1ª fase		15.754,49			15.754,49
Espectáculos de teatro e dança		12.000,00			12.000,00
Bolsas		6.728,00			6.728,00
Workshops (APFACT)		7.300,00			7.300,00
Apoio à realização de um documentário		5.461,20			5.461,20
Outras despesas		57,32			57,32
FEVIP - Programa anti pirataria, protecção dos direitos do autor de obras audiovisuais			90.000,00		90.000,00
Workshops e formação com entidades fiscalizadoras				14.658,42	14.658,42
Promoção da música nacional				9.594,00	9.594,00
Estudos sobre utilização de digitais e pirataria				8.100,00	8.100,00
Direitos Lusófonos Cabo Verde				8.425,75	8.425,75
<b>Totais</b>	<b>330.171,43</b>	<b>71.841,01</b>	<b>90.000,00</b>	<b>40.778,17</b>	<b>532.790,61</b>

Quanto aos valores ainda não utilizados, a posição a 31 de Dezembro de 2016 era conforme o quadro abaixo (valores em euros):

Fundo Cultural - Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual - Quantias disponibilizadas e utilizadas - posição a 31/12/2016							
Associados	Valor total por utilizar a 31/12/2015	Valores disponibilizados em 2016			Valores utilizados em 2016	Valor total por utilizar a 31/12/2016 1)	Valores anteriores a 2016 por utilizar
		Junho	Dezembro	Total			
SPA	216.383,62	118.060,28	394.930,34	512.990,62	330.171,43	399.202,81	-
GDA	256.782,65	88.545,22	296.197,75	384.742,97	71.841,01	571.205,44	186.462,47
GEDIFE	102.434,89	46.671,29	157.129,71	203.801,00	90.000,00	216.235,89	12.434,89
AUDIOGEST	145.556,24	41.873,93	139.068,04	180.941,97	40.778,17	285.720,04	104.778,07
<b>TOTAL</b>	<b>721.157,40</b>	<b>295.150,72</b>	<b>987.325,84</b>	<b>1.282.476,56</b>	<b>532.790,61</b>	<b>1.472.364,18</b>	<b>303.675,43</b>

1) O valor total por utilizar, da Associada GDA, inclui 1.520,83 euros de juros bancários das aplicações do fundo cultural

Do quadro acima, é de salientar que as verbas utilizadas em 2016 incluem quantias disponibilizadas em Junho do ano em análise e também em períodos anteriores. Os

*Handwritten signatures and initials:*  
- Top right: "Ruh"  
- Middle right: "Luz"  
- Bottom right: "Ad" and "P. Lopes"

montantes disponibilizados em Dezembro de 2016, que ascendem a 987.325,84 euros, serão aplicados em projectos a realizar posteriormente.

Relativamente ao **Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica**, em 2016, não foi efectuada qualquer distribuição do Fundo Cultural.

A 31 de Dezembro de 2016, de acordo com os critérios estabelecidos à data, caberia a este Departamento a quantia de 453.540,01 euros.

#### **IV. Rendimentos**

Os rendimentos da Associação, em 2016, totalizam 216.109,72 euros e resultam da cobrança de quotas aos seus Associados, correspondendo 35.895,14 euros ao Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica e 180.214,58 euros ao Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual.

#### **V. Gastos**

Os gastos, no exercício de 2016, ascenderam a 216.109,72 euros, conforme o quadro seguinte:



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

ESTRUTURA DOS GASTOS	2016	%	2015	%	Var.	Var. %
<b>TOTAL</b>	<b>216.109,72</b>	<b>100%</b>	<b>161.763,52</b>	<b>100%</b>	<b>54.346,20</b>	<b>33,60%</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>	<b>124.768,73</b>	<b>58%</b>	<b>125.776,15</b>	<b>78%</b>	<b>- 1.007,42</b>	<b>-0,80%</b>
Trabalhos especializados	46.662,29	22%	88.769,71	55%	- 42.107,42	-47,43%
Honorários	60.551,64	28%	20.626,12	13%	39.925,52	193,57%
Conservação e reparação	631,22	0%	607,92	0%	23,30	3,83%
Serviços bancários e financeiros	315,66	0%	283,10	0%	32,56	11,50%
Material de escritório	1.346,71	1%	1.377,44	1%	- 30,73	-2,23%
Electricidade	620,39	0%	569,86	0%	50,53	8,87%
Água	314,59	0%	287,16	0%	27,43	9,55%
Outros combustíveis (gás)	64,32	0%	32,41	0%	31,91	98,46%
Deslocações e estadas	-	0%	107,28	0%	- 107,28	-100,00%
Transporte de pessoal	1.313,90	1%	748,40	0%	565,50	75,56%
Rendas isentas	9.110,00	4%	8.975,00	6%	135,00	1,50%
Rendas e alugueres	114,61	0%	110,76	0%	3,85	3,48%
Comunicação	1.511,49	1%	1.358,21	1%	153,28	11,29%
Contencioso e notariado	200,00	0%	-	0%	200,00	-
Despesas de representação	-	0%	150,00	0%	- 150,00	-100,00%
Limpeza, higiene e conforto	1.503,02	1%	1.396,98	1%	106,04	7,59%
Outros serviços	508,89	0%	375,80	0%	133,09	35,42%
<b>Gastos com o pessoal</b>	<b>84.338,67</b>	<b>39%</b>	<b>34.057,90</b>	<b>21%</b>	<b>50.280,77</b>	<b>147,63%</b>
Remunerações do pessoal	67.032,29	31%	26.933,32	17%	40.098,97	148,88%
Segurança Social	14.244,71	7%	5.730,14	4%	8.514,57	148,59%
Outros encargos sobre remunerações - FCT	19,32	0%	1,61	0%	17,71	1100,00%
Seguros - Acidentes de Trabalho	1.220,94	1%	328,11	0%	892,83	272,11%
Outros gastos	204,71	0%	143,51	0%	61,20	42,65%
Seguros - Saúde	1.616,70	1%	921,21	1%	695,49	75,50%
<b>Gastos de depreciação e de amortizações</b>	<b>4.252,20</b>	<b>2%</b>	<b>1.084,47</b>	<b>1%</b>	<b>3.167,73</b>	<b>292,10%</b>
<b>Outros gastos e perdas</b>	<b>2.750,12</b>	<b>1%</b>	<b>845,00</b>	<b>1%</b>	<b>1.905,12</b>	<b>225,46%</b>
Outros	0,12	0%	-	0%	0,12	-
Quotizações-IFRRO	2.750,00	1%	845,00	1%	1.905,00	225,44%

Em relação a 2016, verificou-se um aumento dos gastos de 54.346,20 euros, mais 33,60% do que no ano anterior. Este acréscimo prende-se, essencialmente, com a rubrica de honorários, que regista um aumento de 39.925,52 euros (mais 193,57% do que em 2015), e que reflecte os encargos com serviços jurídicos e pareceres. Também a rubrica de gastos com pessoal apresenta uma variação de mais 147,63% (50.280,77 euros), explicada por actualizações salariais e pela contratação de uma nova funcionária, no final de 2015. No entanto, este acréscimo foi compensado com uma redução na rubrica de trabalhos especializados em 30.780,13 euros.

Destaca-se, ainda, a variação nos gastos com depreciações e amortizações resultante da criação de um novo site e sistema declarativo, que regista mais 3.167,73 euros face a 2015.



*Alc*  
*Long*  
*Ad*  
*Ph*

## **VI. Execução Orçamental**

Os custos de funcionamento da Associação, em 2016, totalizaram 216.109,72 euros, representando uma execução de 86,87% do valor do orçamento para 2016 (248.784,37 euros), ficando, assim, abaixo do total orçamentado em 32.674,65 euros. A execução orçamental do ano em análise representa 1,83% tanto do valor total dos débitos das compensações equitativas registado (11.817.816,72 euros), como do total recebido (11.794.583,61 euros).

## **VII. Contabilidade, fiscalidade e contingências**

A situação contabilística e fiscal da Associação está regularizada. Não existem dívidas em mora à Segurança Social, nem à Autoridade Tributária.

Em Dezembro de 2016, a AGECOP, embora continue todo o processo judicial de contestação quanto a estas liquidações, aderiu ao PERES, tendo sido entregue à AT a quantia de 303.045,08 euros, relativa a liquidações adicionais de IVA, referentes aos exercícios de 2011, 2012 e 2013 em resultado de acção inspectiva, por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira.

Assim, a AGECOP apresentou as reclamações graciosas, não tendo sido notificada de qualquer decisão. Em Janeiro de 2017 interpôs a impugnação judicial, no Tribunal Tributário de Lisboa, a solicitar a anulação das liquidações adicionais de IVA.

No âmbito de possíveis contingências, há que ter em consideração quatro impugnações judiciais, de uma entidade declarante, que correm termos em Tribunal, sendo que nas mesmas foram impugnados, essencialmente, actos de liquidação de

*[Handwritten signatures and initials]*

quantias a título de Compensação Equitativa relativos ao 3.º e 4.º trimestre de 2015, e 1.º e 2º trimestre de 2016, respectivamente.

No entanto, as indicações existentes apontam para uma significativa probabilidade de as referidas impugnações serem julgadas improcedentes.

A contabilidade está organizada de acordo com o princípio da existência de centros de imputação de custos, apresentando assim maior rigor para o controlo da gestão.

### **VIII. Resultados**

Nos termos do balanço e dos demais documentos que evidenciam a situação contabilística da Associação, os resultados do presente exercício equivalem a zero, pelo que não se efectua qualquer proposta de aplicação de resultados.

### **IX. Agradecimentos**

A Direcção agradece a todos os funcionários e colaboradores por todo o seu empenhamento e dedicação, bem como aos membros dos restantes órgãos sociais e Associados que acompanharam em permanência a actividade da AGE COP.

Importa ainda agradecer à Associada GESTAUTOR, cuja actividade cessou em Dezembro de 2016, a colaboração prestada ao longo dos anos.

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Lisboa, 23 de Março de 2017

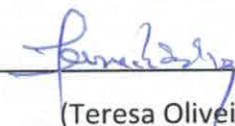
## A Direcção

SPA



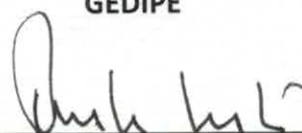
(João David Nunes)

GDA



(Teresa Oliveira)

GEDIPE



(Paulo Santos)

APEL



(João Alvim)

VISAPRESS



(Rui Silva Lopes)

  
 [Illegible handwritten text]

## ANEXO 1- COMPENSAÇÕES EQUITATIVAS CÓPIA PRIVADA - LEI 62/98, DE 1 DE SETEMBRO - DEBITADO E RECEBIDO - 2016

01/01/2016-31/12/2016

### Debitado Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total	Var %
Lei 50/2004												56.877,52	56.877,52	-82,16%
Lei 49/2015	2.829.642,65	165.718,50		1.963.573,49	18.314,22	76.071,22	1.997.960,32	47.873,49	2.511,52	2.633.643,16	57.246,73	56.877,52	9.794.554,30	315,20%
<b>Total</b>	<b>2.829.642,65</b>	<b>165.718,50</b>		<b>1.963.573,49</b>	<b>18.314,22</b>	<b>76.071,22</b>	<b>1.997.960,32</b>	<b>47.873,49</b>	<b>2.511,52</b>	<b>2.633.643,16</b>	<b>57.246,73</b>	<b>56.877,52</b>	<b>9.851.431,62</b>	<b>267,90%</b>

### Debitado Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total	Var %
Térço Anual	277,95	171,59	2.010,73	931,88	761,40	1.355,36	405,36	278,87	159,06	184,38	46,08	100,32	8.476,94	1,40%
Lei 49/2015-subida preço	548.646,20	5.593,22		460.037,58	3.431,81	41,70	419.290,04	4.164,04	207,10	505.196,12	6.615,65	6.812,30	1.959.807,96	225,18%
<b>Total</b>	<b>548.924,15</b>	<b>5.764,81</b>	<b>2.010,73</b>	<b>460.969,46</b>	<b>4.193,21</b>	<b>1.397,06</b>	<b>419.695,40</b>	<b>4.434,91</b>	<b>366,16</b>	<b>505.380,50</b>	<b>6.664,33</b>	<b>6.712,18</b>	<b>1.966.384,90</b>	<b>222,83%</b>

<b>Total debitado</b>	<b>3.378.568,80</b>	<b>171.395,31</b>	<b>2.010,73</b>	<b>2.424.542,95</b>	<b>22.507,43</b>	<b>79.468,28</b>	<b>2.417.615,72</b>	<b>52.308,40</b>	<b>2.877,68</b>	<b>3.139.023,66</b>	<b>63.910,06</b>	<b>63.589,70</b>	<b>11.817.816,72</b>	<b>259,54%</b>
-----------------------	---------------------	-------------------	-----------------	---------------------	------------------	------------------	---------------------	------------------	-----------------	---------------------	------------------	------------------	----------------------	----------------

### Recebido Departamento de Cópia Sonora e Audiovisual

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total	Var %
Total Recebido Lei 59/2004	37,00	30,00										56.877,52	56.877,52	-84,43%
Total Recebido Lei 49/2015	358.884,10	2.061.620,69	498.193,97	150.931,55	1.772.674,54	137.241,94	362.222,93	1.531.800,99	230.464,43	358.461,81	2.315.055,81	21.000,22	9.778.602,98	316,31%
<b>Total</b>	<b>358.884,10</b>	<b>2.061.650,69</b>	<b>478.193,97</b>	<b>150.931,55</b>	<b>1.772.674,54</b>	<b>137.241,94</b>	<b>362.222,93</b>	<b>1.531.800,99</b>	<b>230.467,43</b>	<b>358.461,81</b>	<b>2.315.055,81</b>	<b>77.877,74</b>	<b>9.835.540,50</b>	<b>262,32%</b>

### Recebido Departamento de Cópia Gráfica e Reprográfica

Documento	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	Total	Var %
Total Recebido Terço Anual	163,01	313,61	247,14	1.812,11	808,85	641,77	1.595,02	14,89	464,15	233,23	103,68	10,96	6.380,84	1,96%
Lei 49/2015-subida preço	69.592,88	408.796,96	85.610,46	54.720,47	405.564,31	813,84	58.254,86	293.071,92	74.470,23	127.573,76	383.972,02	9.719,44	1.952.662,27	224,04%
<b>Total</b>	<b>69.755,89</b>	<b>409.090,77</b>	<b>85.857,60</b>	<b>56.532,58</b>	<b>406.373,16</b>	<b>1.455,61</b>	<b>59.849,88</b>	<b>293.087,03</b>	<b>74.936,38</b>	<b>127.806,99</b>	<b>384.075,70</b>	<b>9.730,48</b>	<b>1.959.043,11</b>	<b>221,76%</b>

<b>Total recebido</b>	<b>478.636,99</b>	<b>2.470.701,46</b>	<b>564.051,57</b>	<b>207.464,13</b>	<b>2.179.047,70</b>	<b>138.697,55</b>	<b>422.072,81</b>	<b>1.824.858,02</b>	<b>305.393,81</b>	<b>486.358,80</b>	<b>2.699.131,51</b>	<b>68.269,26</b>	<b>11.794.583,61</b>	<b>254,89%</b>
-----------------------	-------------------	---------------------	-------------------	-------------------	---------------------	-------------------	-------------------	---------------------	-------------------	-------------------	---------------------	------------------	----------------------	----------------

Documento	2016	2015	Total prev. 2016	Var. Anual %	Var. prev. 2016 %
Debitado DCSA	9.851.431,82	2.677.782,95		267,90%	
Debitado DCGR	1.966.384,90	609.101,84		222,83%	
<b>Total debitado</b>	<b>11.817.816,72</b>	<b>3.286.884,79</b>	<b>9.472.000,00</b>	<b>259,54%</b>	<b>24,77%</b>
Recebido DCSA	9.835.540,50	2.714.579,32		262,32%	
Recebido DCGR	1.959.043,11	608.856,95		221,76%	
<b>Total recebido</b>	<b>11.794.583,61</b>	<b>3.323.436,27</b>		<b>254,89%</b>	
Total Debitado Taboia Lei 49/2015	11.794.583,61	3.323.436,27			
Total Recebido Taboia Lei 49/2015	11.794.583,61	3.323.436,27			

Total Debitado Lei 49/2015 (2015 e 2016)	14.716.188,13
Total Recebido Lei 49/2015 (2015 e 2016)	14.682.743,18
% Rec Lei 49/2015 (2015 e 2016)	99,77%



## **Balanço**

**2**

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada

BALANÇO INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

EURO

RUBRICAS		NOTAS	DATAS	
			31-12-2016	31-12-2015
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	5	406,29	471,41	
Ativos intangíveis	6	8.810,33	9.158,41	
Outros créditos e ativos não correntes		258,57	19,89	
		9.475,19	9.649,71	
Ativo corrente				
Créditos a receber	7	80.108,06	867.522,70	
Diferimentos		2.345,54	2.137,27	
Caixa e depósitos bancários	4	3.242.133,25	894.599,95	
		3.324.586,85	1.764.259,92	
Total do ativo		3.334.062,04	1.773.909,63	
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO				
Fundos patrimoniais				
Dotação inicial	8	2.494,00	2.494,00	
Resultados transitados	8	23.395,71	23.395,71	
		25.889,71	25.889,71	
Resultado líquido do período	8	0,00	0,00	
Total dos fundos patrimoniais		25.889,71	25.889,71	
Passivo				
Passivo corrente				
Fornecedores	9	5.967,44	1.751,33	
Estado e outros entes públicos	10	2.803,43	306.110,59	
Associados	11	0,00	73.500,56	
Outros passivos correntes	9	3.299.401,46	1.366.657,44	
		3.308.172,33	1.748.019,92	
Total do passivo		3.308.172,33	1.748.019,92	
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3.334.062,04	1.773.909,63	

Direção

Contabilista Certificado

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

*[Handwritten signature]*

# **Demonstração de Resultados por Naturezas**

## **3**

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

**Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada**  
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

EURO

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Fornecimentos e serviços externos	13	-124.768,73	-125.776,15
Gastos com o pessoal	14	-84.338,67	-34.057,90
Outros rendimentos	12	216.109,72	161.783,88
Outros gastos		-2.750,00	-845,00
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>4.252,32</b>	<b>1.104,83</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5 e 6	-4.252,20	-1.084,47
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>0,12</b>	<b>20,36</b>
Juros e gastos similares suportados		-0,12	0,00
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>0,00</b>	<b>20,36</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	-20,36
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Direção

Contabilista Certificado

*Leonor*  
*Lil*  
*Alh*

*Eduardo*

*João M.*  
*Alh*



# **Demonstração dos Fluxos de Caixa**

**4**

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

**Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada**  
**DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DE FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
<b><u>Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto</u></b>			
Recebimentos de entidades contribuintes:			
Audiovisual		9.835.540,50	2.714.579,32
Reprografia		1.959.043,11	608.858,95
Recebimentos de quotas		181.165,68	150.382,16
Pagamentos de direitos		-7.780.871,12	-2.113.087,35
Disponibilização de fundo cultural - valores entregues		-1.355.977,12	-493.988,36
Pagamentos a fornecedores		-111.181,09	-126.484,00
Pagamentos ao pessoal		-74.325,87	-30.349,48
Caixa gerada pelas operações		2.653.394,09	709.911,24
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-20,36	0,00
Outros pagamentos relativos à atividade operacional		-301.762,75	-1.420,36
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		2.351.610,98	708.490,88
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de investimento</u></b>			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-149,00	0,00
Ativos intangíveis		-3.690,00	-9.655,50
Investimentos financeiros		-238,68	-19,89
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-4.077,68	-9.675,39
<b><u>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</u></b>			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		0,00	0,00
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		2.347.533,30	698.815,49
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		0,00	0,00
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>	4	894.599,95	195.784,46
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>	4	3.242.133,25	894.599,95

Direção

Contabilista Certificado

*[Handwritten signatures and stamps]*

*[Handwritten signature]*

# **Demonstração da Prestação de Contas do Fundo Cultural**

**5**



**Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada**  
**DEMONSTRAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO FUNDO CULTURAL**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

	EURO		
DESCRIÇÃO	2016	2015	%
Disponibilização de fundo cultural:			
SPA	512.990,62	211.239,05	40,00%
GDA	384.742,97	158.429,29	30,00%
GEDIPE	203.801,00	84.928,73	15,89%
AUDIOGEST	180.941,97	73.500,56	14,11% a)
<b>Totais</b>	<b>1.282.476,56</b>	<b>528.097,63</b>	<b>100,00%</b>
Juros das aplicações do fundo cultural:			
SPA	0,00	0,00	b)
GDA	1.520,83	1.276,00	
GEDIPE	0,00	0,00	
AUDIOGEST	0,00	0,00	b)
<b>Totais</b>	<b>1.520,83</b>	<b>1.276,00</b>	
Utilização de fundo cultural:			
SPA	330.171,43	57.165,69	
GDA	71.841,01	69.877,67	
GEDIPE	90.000,00	30.050,40	
AUDIOGEST	40.778,17	16.094,30	c)
<b>Totais</b>	<b>532.790,61</b>	<b>173.188,06</b>	
Valores não executados:			
SPA		399.202,81	
GDA		571.205,44	
GEDIPE		216.235,89	
AUDIOGEST		285.720,04	
<b>Totais</b>		<b>1.472.364,18</b>	
Em percentagem		<b>21,40%</b>	

a) A quantia de 73.500,56 euros, da AUDIOGEST, foi levantada em 2016.

b) n.d.

c) Em 2015, a AUDIOGEST não utilizou qualquer verba afectada ao Fundo Cultural, nem levantou os valores que lhe foram disponibilizados. O montante de 16.094,30 euros é referente à execução de 2014.

**Direção**

*[Handwritten signatures]*

**Contabilista Certificado**

*[Handwritten signature]*

# **Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais**

**6**

Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada  
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2015

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Dotação inicial	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	
<b>Posição no início do período 2015</b>	8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	25.889,71
<b>Alterações no período</b>						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>				0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>				0,00	0,00	0,00
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>						
Fundos						
Subsídios, doações e legados						
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Posição no fim do período 2015</b>	8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	25.889,71

Direção

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

Contabilista Certificado

*[Assinatura]*



Entidade: AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada  
DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2016

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe				Total dos Fundos Patrimoniais
		Dotação inicial	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total	
<b>Posição no início do período 2016</b>	8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	25.889,71
<b>Alterações no período</b>						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						
Alterações de políticas contabilísticas						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras						
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						
Ajustamentos por impostos diferidos						
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais						
<b>Resultado líquido do período</b>	7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	8			0,00	0,00	0,00
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>	9=7+8			0,00	0,00	0,00
Fundos						
Subsídios, doações e legados						
Outras operações						
<b>Posição no fim do período 2016</b>	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>6+7+8+10</b>	8	2.494,00	23.395,71	0,00	25.889,71	25.889,71

Direção

Contabilista Certificado

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

## **Anexo às Demonstrações Financeiras**

**7**

*Handwritten signatures and initials:*  
Ahlu  
Hil  
or  
blue mark  
Alfama

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

*Exercício de 2016*

**1. Identificação da entidade:**

- 1 – Designação da entidade: AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada
- 2 – Sede: Avenida Estados Unidos da América, 94, 7º B, freguesia de Alvalade, em Lisboa
- 3 – Natureza da atividade: A cobrança e gestão das quantias previstas no artigo 82.º do Código do Autor e dos Direitos Conexos regulado pela Lei n.º 62/98, de 1 de setembro, na atual redação dada pela Lei n.º 49/2015, de 5 de junho.

A associação tem o número de pessoa coletiva 505.183.994.

As quantias apresentadas nas notas seguintes são referidas em euros.

As notas não mencionadas não se aplicam à Associação ou respeitam a factos ou situações não materialmente relevantes ou que não ocorreram no exercício de 2016.

**2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras:**

**2.1 – Referencial contabilístico utilizado:**

As demonstrações financeiras encontram-se preparadas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, alterado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho.



*Handwritten signatures and initials in the top right corner.*

O Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portarias n.º 220/2015 de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8258/2015, de 29 de julho de 2015.

2.2 – Indicação e justificação das disposições do ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derrogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras:

Não foram derrogadas quaisquer disposições do ESNL.

### **3. Principais políticas contabilísticas:**

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Associação continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes, com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

As demonstrações financeiras da Associação, de uma forma geral, foram preparadas de acordo com o critério base do custo histórico.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras.

A Associação optou pelas bases de mensuração abaixo descritas.

## 3.2 – Outras políticas contabilísticas relevantes:

### Ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis

Os bens adquiridos são mensurados ao custo de aquisição, o qual inclui as despesas adicionais de compra. Posteriormente são mantidos ao custo histórico líquidos das respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações/amortizações são efetuadas tendo por base as taxas definidas fiscalmente, sendo que a Associação considera que refletem adequadamente a vida útil estimada dos bens, sendo apresentadas como segue:

Equipamento básico	3 anos
Equipamento administrativo	3-8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	8 anos
Programas de computador	3 anos
Outros ativos intangíveis	3 anos

### Créditos a receber

Os valores a receber são inicialmente mensurados ao custo, podendo posteriormente ser reduzidos pelo reconhecimento de perdas por imparidade, sendo esta perda apenas reconhecida quando existe evidência objetiva de que a Associação não receberá a totalidade dos montantes em dívida.

### Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a doze meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller ones.

### Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de Outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

### Impostos sobre o rendimento

A Associação solicitou a isenção de impostos sobre lucros, nos termos do artigo 10.º do Código do IRC, a qual foi indeferida. A Associação interpôs recurso à decisão da Autoridade Tributária.

### 3.3 – Juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras:

Não foram efetuados juízos de valor com impacto nas demonstrações financeiras.

### 3.4 – Principais pressupostos relativos ao futuro:

A Associação encontra-se sujeita a diversos riscos, quer de mercado, crédito e de liquidez.

A Associação gere o risco de liquidez, tendo por objetivo garantir que, a todo o momento, a entidade mantém a capacidade financeira para, dentro de condições de mercado não desfavoráveis, cumprir com as suas obrigações de pagamento à medida do seu vencimento e garantir atempadamente o financiamento adequado ao desenvolvimento dos seus negócios e estratégia.

### 3.5 – Principais fontes de incerteza das estimativas:

As NCRF's requerem que sejam efetuados julgamentos e estimativas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total do ativo, passivo, capital próprio, rendimentos e gastos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efetuados, nomeadamente no que se refere ao efeito dos rendimentos e gastos reais.



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

Alu  
Lary  
Hil  
Phap

As principais estimativas contabilísticas e julgamentos, utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Associação, são apresentados nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados pela Associação e a sua divulgação.

Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Associação é apresentada nas Notas 3.1 e 3.2.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pela Associação o resultado, reportado pela Associação, poderia ser diferente, caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido.

A Direção considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Associação e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes. Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

## Cobranças duvidosas

As perdas por imparidade relativas a créditos de cobrança duvidosa são baseadas na avaliação efetuada pela sociedade, da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores.

Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

## Benefícios a empregados – estimativa de férias

A determinação das responsabilidades por benefícios aos empregados requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projeções salariais. Contudo, as alterações a estes pressupostos não deverão ter um impacto significativo nos valores determinados.

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

*Handwritten signatures and initials:*  
 M. L.  
 L.  
 H.  
 P.

## 4. Fluxos de caixa:

4.1 – Comentário da Direção sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

Os depósitos bancários incluem a quantia de 11.000,00 euros, que se encontra a caucionar uma garantia descrita na nota 15.

4.2 – Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	2016	2015
Numerário	325,04	142,60
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	3.148.842,87	801.646,84
Outras disponibilidades	92.965,34	92.810,51
<b>Caixa e seus equivalentes</b>	<b>3.242.133,25</b>	<b>894.599,95</b>
<b>Caixa e depósitos bancários constantes do balanço</b>	<b>3.242.133,25</b>	<b>894.599,95</b>
<b>Saldos credores de depósitos evidenciados no passivo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

## 5. Ativos fixos tangíveis:

5.1 – Divulgações por cada classe de ativos fixos tangíveis:

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

*Handwritten signatures and initials:*  
 RM  
 HIL  
 [Signature]  
 [Signature]

## Exercício de 2016

Movimentos	Rubricas			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	2.820,00	24.436,13	2.845,92	30.102,05
Depreciação acumulada	-2.820,00	-23.964,72	-2.845,92	-29.630,64
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	<b>0,00</b>	<b>471,41</b>	<b>0,00</b>	<b>471,41</b>
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	149,00	0,00	149,00
Depreciação do exercício	0,00	-214,12	0,00	-214,12
Regularização amortizações	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	<b>0,00</b>	<b>-65,12</b>	<b>0,00</b>	<b>-65,12</b>
Saldo final:				
Valor de aquisição	2.820,00	24.585,13	2.845,92	30.251,05
Depreciação acumulada	-2.820,00	-24.178,84	-2.845,92	-29.844,76
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	<b>0,00</b>	<b>406,29</b>	<b>0,00</b>	<b>406,29</b>

## Exercício de 2015

Movimentos	Rubricas			
	Equipamento básico	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	2.820,00	24.436,13	2.845,92	30.102,05
Depreciação acumulada	-2.820,00	-23.668,40	-2.845,92	-29.334,32
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	<b>0,00</b>	<b>767,73</b>	<b>0,00</b>	<b>767,73</b>
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	-296,32	0,00	-296,32
Total de movimentos	<b>0,00</b>	<b>-296,32</b>	<b>0,00</b>	<b>-296,32</b>
Saldo final:				
Valor de aquisição	2.820,00	24.436,13	2.845,92	30.102,05
Depreciação acumulada	-2.820,00	-23.964,72	-2.845,92	-29.630,64
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	<b>0,00</b>	<b>471,41</b>	<b>0,00</b>	<b>471,41</b>



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

As bases de mensuração utilizadas dos ativos fixos tangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das depreciações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos, conforme descrito na Nota 3.2.

5.2 – Existência e quantias de restrições de titularidade de ativos fixos tangíveis dados como garantia de passivos:

Não existe qualquer restrição à titularidade de ativos fixos tangíveis.

## 6. Ativos intangíveis:

6.1 – Divulgações por cada classe de ativos intangíveis:

### Exercício de 2016

Movimentos	Rubricas			
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	11.698,92	5.965,50	3.690,00	21.354,42
Depreciação acumulada	-11.698,92	-497,09	0,00	-12.196,01
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	<b>0,00</b>	<b>5.468,41</b>	<b>3.690,00</b>	<b>9.158,41</b>
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	0,00	3.690,00	3.690,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	7.380,00	-7.380,00	0,00
Depreciação do exercício	0,00	-4.038,08	0,00	-4.038,08
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	<b>0,00</b>	<b>3.341,92</b>	<b>-3.690,00</b>	<b>-348,08</b>
Saldo final:				
Valor de aquisição	11.698,92	13.345,50	0,00	25.044,42
Depreciação acumulada	-11.698,92	-4.535,17	0,00	-16.234,09
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	<b>0,00</b>	<b>8.810,33</b>	<b>0,00</b>	<b>8.810,33</b>



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

*Reclh*

*lupus*

*fil*

*Albuquerque*

## Exercício de 2015

Movimentos	Rubricas			
	Programas de computador	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
Saldo inicial:				
Valor de aquisição	11.698,92	0,00	0,00	11.698,92
Depreciação acumulada	-11.407,86	0,00	0,00	-11.407,86
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido inicial	<b>291,06</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>291,06</b>
Movimentos do ano:				
Aquisições	0,00	5.965,50	3.690,00	9.655,50
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciação do exercício	-291,06	-497,09	0,00	-788,15
Imparidade do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00
Total de movimentos	<b>-291,06</b>	<b>5.468,41</b>	<b>3.690,00</b>	<b>8.867,35</b>
Saldo final:				
Valor de aquisição	11.698,92	5.965,50	3.690,00	21.354,42
Depreciação acumulada	-11.698,92	-497,09	0,00	-12.196,01
Imparidade acumulada	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido final	<b>0,00</b>	<b>5.468,41</b>	<b>3.690,00</b>	<b>9.158,41</b>

Os ativos intangíveis têm uma vida útil finita, sendo utilizado o método da linha reta no registo das amortizações, imputadas numa base sistemática pelo período de vida útil que estimámos que ascenda a 3 anos. Foram transferidos de ativos tangíveis em curso.

## 7. Créditos a receber:

7.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, menos qualquer perda por imparidade, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

O detalhe dos outros créditos a receber apresenta-se como segue:

Natureza	2016	2015
Cientes conta corrente:		
Entidades audiovisual	28.673,10	9.909,45
Entidades reprografia	-904,56	-148,05
Cientes de cobrança duvidosa:		
Entidades audiovisual	4.548,03	476.979,94
Entidades reprografia	1.183,65	4.058,16
Devedores por acréscimos	46.587,84	11.643,80
Fundo cultural	0,00	365.046,03
Outros devedores	20,00	33,37
Total bruto	<b>80.108,06</b>	<b>867.522,70</b>
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total líquido	<b>80.108,06</b>	<b>867.522,70</b>

## 8. Fundos Patrimoniais:

A variação ocorrida, nos anos de 2015 e 2016, nos Fundos Patrimoniais encontra-se devidamente evidenciada na Demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais.

## 9. Fornecedores e outros passivos correntes:

9.1 – Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras. Categorias de ativos e passivos financeiros:

Os instrumentos financeiros detidos pela Associação encontram-se mensurados ao custo ou custo amortizado, ou, nos casos aplicáveis, ao justo valor, com as alterações de justo valor a serem reconhecidas na demonstração dos resultados.

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

O detalhe da rubrica de fornecedores apresenta-se como segue:

Natureza	2016	2015
Fornecedores conta corrente	5.967,44	1.751,33
Total	<b>5.967,44</b>	<b>1.751,33</b>

A rubrica de outros passivos correntes apresenta-se como segue:

Natureza	2016	2015
Credores por acréscimos	24.495,17	4.734,57
	<b>24.495,17</b>	<b>4.734,57</b>
Outros credores:		
Compensações devidas (*)	34.212,96	490.847,02
Direitos a distribuir	2.162.673,36	495.607,99
Juros a distribuir	4.792,19	4.152,87
Fundo cultural	499.101,85	0,00
Processo do IVA	574.041,82	371.291,23
Outros	84,11	23,76
	<b>3.274.906,29</b>	<b>1.361.922,87</b>
Total	<b>3.299.401,46</b>	<b>1.366.657,44</b>

(\*) Valores debitados ainda não cobrados.



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada


## 10. Estado e outros entes públicos:

A rubrica de Estado e outros entes públicos respeita às seguintes naturezas:

Natureza	2016		2015	
	Ativo corrente	Passivo corrente	Ativo corrente	Passivo corrente
Imposto sobre o rendimento	0,00	0,00	0,00	20,36
Retenções de imposto sobre o rendimento	0,00	1.375,00	0,00	1.641,00
IVA a pagar	0,00	0,00	0,00	303.045,08
Contribuições para a Segurança Social	0,00	1.406,93	0,00	1.382,65
Outras tributações	0,00	21,50	0,00	21,50
Total	<b>0,00</b>	<b>2.803,43</b>	<b>0,00</b>	<b>306.110,59</b>

## 11. Associados:

Os valores a pagar a associados respeitam aos seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Fundo cultural colocado à disposição dos associados ainda não reclamado:		
Audiogest	0,00	73.500,56
Total	<b>0,00</b>	<b>73.500,56</b>



# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

*Handwritten signatures and initials:*  
 PWS  
 Lamy  
 Hil  
 [Signature]  
 [Signature]

## 12. Rédito:

12.1 – Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito incluindo os métodos adotados para determinar a fase de acabamento de transações que envolvem a prestação de serviços.

O rédito compreende o justo valor dos outros rendimentos.

12.2 – Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Natureza	2016	2015
Outros rendimentos:		
Quotas	216.109,72	161.783,88
Total de outros rendimentos	<b>216.109,72</b>	<b>161.783,88</b>

## 13. Fornecimentos e serviços externos:

Os fornecimentos e serviços externos apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2016	2015
Honorários	60.551,64	20.626,12
Trabalhos especializados	46.662,29	88.769,71
Rendas e alugueres	9.224,61	9.085,76
Comunicação	1.511,49	1.358,21
Limpeza, higiene e conforto	1.503,02	1.396,98
Material de escritório	1.346,71	1.377,44
Deslocações e estadas e transportes	1.313,90	855,68
Diversos	2.655,07	2.306,25
Total	<b>124.768,73</b>	<b>125.776,15</b>

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

*QW*  
*Sam*  
*til*  
*Phap*

## 14. Gastos com o pessoal:

Os gastos com o pessoal apresentam o seguinte detalhe:

Natureza	2016	2015
Remunerações	67.032,29	26.933,32
Encargos sobre remunerações	14.264,03	5.731,75
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1.220,94	328,11
Outros gastos com o pessoal	1.821,41	1.064,72
Total	<b>84.338,67</b>	<b>34.057,90</b>

Durante o exercício de 2016, o número médio de pessoas ao serviço da Associação foi de 2 funcionários. Não se encontram estabelecidos benefícios a longo prazo para funcionários.

## 15. Outras informações:

A responsabilidade por garantias prestadas pela Associação, ascende a 10.000,00 euros, sendo respeitante a uma garantia bancária emitida pelo Banco Santander Totta, relacionada com o contrato de arrendamento das instalações sitas na Avenida Estados Unidos da América, 94 – 7º B.

## 16. Acontecimentos após a data do balanço:

### 16.1 – Autorização para emissão:

a) Data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão e indicação de quem autorizou.

A Direção autorizou a emissão das demonstrações financeiras na data estipulada no relatório de gestão.

# AGECOP

Associação para a Gestão da Cópia Privada

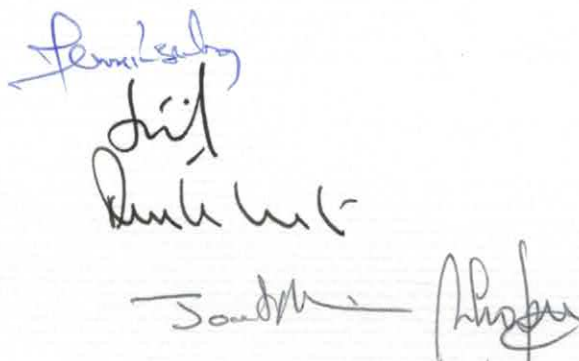
b) Indicação sobre se os proprietários, ou outros, têm o poder de alterar as demonstrações financeiras após esta data.

As associadas detêm o poder de alterar as demonstrações financeiras após a data acima referida.

16.2 – Atualização da divulgação acerca de condições à data do balanço. Indicação sobre se foram recebidas informações após a data do balanço acerca de condições que existiam à data do balanço. Em caso afirmativo, indicação sobre se, face às novas informações, foram atualizadas as divulgações que se relacionam com essas condições.

Não existiram situações significativas que alterem a posição financeira relatada.

**Direção**

The block contains several handwritten signatures in blue ink, representing the Board of Directors. The signatures are written in a cursive, stylized manner.

**Contabilista Certificado**

The block contains a single handwritten signature in blue ink, representing the Certified Accountant. The signature is written in a cursive, stylized manner.

# **Certificação Legal das Contas**

## **8**





## **CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS**

### **RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de AGE COP – Associação para a Gestão da Cópia Privada, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 3.334.062 euros e um total de fundos patrimoniais de 25.890 euros, incluindo um resultado líquido nulo), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração da prestação de contas do fundo cultural relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

#### **Bases para a opinião**

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 24 de março de 2017

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181  
representada por:

Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085



# **Relatório e Parecer do Fiscal Único**

**9**





## RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Associados da,  
AGECOP – Associação para a Gestão da Cópia Privada  
Lisboa

Em cumprimento do artigo 14.º dos Estatutos da Associação temos o prazer de apresentar o Relatório relativo à nossa ação fiscalizadora, assim como o nosso Parecer sobre o relatório e contas apresentados pela Direção relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

No desempenho das suas funções o Fiscal Único acompanhou a atividade da vossa Associação através da informação financeira e dos esclarecimentos prestados quer pela Direção quer pelos Serviços. Por outro lado, vigiámos a observância das disposições legais, efetuámos as verificações julgadas necessárias nas circunstâncias e analisámos a adequação dos critérios valorimétricos adotados.

Após o encerramento das Contas, procedemos à apreciação das mesmas e do relatório de gestão elaborado pela Direção, o qual traduz, de modo adequado, a atividade, evolução e a situação da vossa Associação.

Elaborámos o Relatório relativo à fiscalização anual e a Certificação Legal das Contas decorrente do exame efetuado a qual deve ser considerada como fazendo parte integrante deste Relatório.

Como consequência do trabalho efetuado e tendo em consideração o conteúdo da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de PARECER que:

1. O Relatório de Gestão apresentado pela Direção deve ser aprovado.
2. As Contas apresentadas pela Direção devem ser aprovadas.
3. A proposta de aplicação de resultados apresentada pela Direção deve ser aprovada.

Lisboa, 24 de março de 2017

### O FISCAL ÚNICO

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.  
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas nº 181  
representada por:

  
Paulo Dinis Delgado Chaves - ROC n.º 1085